

Neoxtrativismo e autoritarismo: economia, ecologia e política

Neoextractivismo y autoritarismo: economía, ecología y política

Neo-extractivism and authoritarianism: economics, ecology and politics

(200 palavras)

A partir do golpe parlamentar de 2016, a discussão sobre a crise da forma democrática brasileira recolocou em pauta o papel político das elites empresariais no país. Multiplicaram-se perguntas sobre o jogo de conveniências que teria feito os poderosos empurrarem o país nas mãos de agentes empenhados em desmontar as dimensões públicas do Estado. O trato desta questão não se deveria descolar do debate mais geral sobre as transformações do capitalismo brasileiro que foram observadas desde que os processos de neoliberalização foram desencadeados. É nesta trama histórica que se deveria tentar entender o entrelaçamento entre fenômenos como reprimarização e financeirização da economia, expansão violenta da fronteira dos interesses agrominerais sobre terras públicas, territórios indígenas e quilombolas e a disseminação de um habitus autoritário. A presente Sessão Livre pretende discutir os mecanismos pelos quais se veio configurando uma espécie de afinidade eletiva entre o neoextrativismo e o autoritarismo. A noção de afinidade eletiva permite estabelecer uma distância crítica em relação aos cânones da separação corrente entre as esferas de análise, observando, em particular, a articulação de um conjunto de fenômenos nos quais a identificação de traços em comum permite fazer entrar no campo de investigação fatos que não haviam, até então, sido devidamente considerados.

Palavras-chave: capitalismo extrativo, autoritarismo, elites empresariais, financeirização da natureza

Neoxtrativismo e autoritarismo: economia, ecologia e política

(850 palavras)

A literatura das ciências sociais aplicadas, tem designado por neoextrativismo o modelo de desenvolvimento capitalista fundado na exploração de bens naturais por redes produtivas pouco diversificadas, voltadas à exportação de commodities, à inserção subordinada da economia na divisão internacional do trabalho e nos processos de financeirização. Este tipo de capitalismo extrativo tem se reproduzido através da expansão violenta da fronteira dos interesses agrominerais sobre terras públicas, territórios indígenas e quilombolas, bem como da disseminação de um habitus autoritário.

“Autocratismo com viés fascista” é uma das expressões evocadas para nomear a erosão democrática que veio se dando aos poucos, com destruição de direitos e falseamento de fatos. Na experiência brasileira recente, poderíamos acrescentar tratar-se de um “autocratismo de resultados” que sustenta o neoextrativismo por uma conjunção entre autoritarismo de Estado e autoritarismo corporativo, tendo, por fim, retirar direitos e constranger os que criticam os abusos e os retrocessos normativos. Isto porque para os agentes do complexo agrominerário, todos os meios têm sido admitidos para atingir, como resultado, a abertura de novos espaços para seus negócios – flexibilização de direitos e armamentismo, hiperconsumo de agrotóxicos e discurso de “mineração sustentável”, assédio judicial contra pesquisadores e estímulo à grilagem de terras.

Com o liberalismo autoritário, observa-se a instauração de uma divisão do trabalho reacionário, tendo por base uma espécie de “economia da disciplina”. O trabalho de destruição de direitos e afirmação de desigualdades é atravessado por uma divisão entre a violência racista e discriminatória e os mecanismos da suposta racionalidade mercantil. Ao projeto ultraliberal no campo da economia, por exemplo, caberia reorganizar a concorrência interna aos capitais e a gestão da relação salarial, enquanto o conservadorismo autoritário apoia a expansão do mercado por estratégias de expropriação direta de territórios e recursos.

Uma tal convergência entre práticas do capitalismo extrativo e autoritarismo veio se configurando por um singular movimento de circulação de formas autoritárias entre Estado e corporações, entre ações e esquemas já experimentados pelo Estado brasileiro durante a Ditadura e formas assemelhadas que vieram sendo empreendidas pelas próprias grandes corporações extrativas desde o fim daquele regime, com vistas a controlar os territórios de interesse para seus negócios.

As práticas da chamada “responsabilidade social empresarial”, por exemplo, através da oferta de algum benefício, permitem que as grandes corporações tentem evitar que as comunidades atingidas se mobilizem ou se liguem a movimentos sociais, em estratégias que apresentam forte consonância com as chamadas ações cívico-sociais adotadas pelas forças armadas como instrumento anti-insurrecional durante a ditadura. Sejam os militares, sejam os departamentos de responsabilidade social das corporações, o que se busca através destas estratégias é tentar fazer passar por um favor prestado às populações aquilo que é delas um direito constitucionalmente assegurado, seja nas áreas de saúde ou educação. As grandes empresas procuram, assim, manejar as condições locais socialmente críticas, tirando proveito de situações como as da pandemia para se apresentarem como mais capazes do que o Estado para garantir o bem-estar nas localidades de seu interesse. Antecipando-se aos conflitos, buscam evitar que o debate livre e informado da ocupação dos territórios por seus projetos venha a envolver as próprias populações que neles residem e trabalham.

À medida que se foi consolidando o modelo neoextrativista, multiplicaram-se também os casos em que grupos de interesse cujos projetos são objeto de controvérsia ambiental procuram constranger pesquisadores que apontam irregularidades nos projetos empresariais. Durante a ditadura, a perseguição aos críticos era apoiada em um sistema de vigilância destinado a identificar e

reprimir opositores. Após o fim deste regime, atos desta ordem foram sendo incorporados por grandes corporações do setor extrativo. Entre elas é comum, por exemplo, o recurso ao mapeamento do que consideram “riscos sociais”, ou seja, riscos derivados da repercussão pública das denúncias de abusos associados a suas práticas. Há registros empiricamente verificáveis de que grandes corporações estariam adotando práticas de monitoramento de organizações e movimentos sociais cuja atividade é vista como ameaça à reputação empresarial. Um tal tipo de prática teria se tornado, inclusive, uma modalidade de serviço de consultoria que expande sua oferta para diversos campos da vida social, como os do próprio governo, a exemplo do levantamento de “detratores” encomendado pelo Ministro da Economia e por agências reguladoras, como a Agência Nacional de Mineração. Tais modos de ação não deixam de concorrer fortemente para uma restrição do campo de possibilidades, da legitimidade do debate público e do enfrentamento crítico. Exemplo disto é a inclusão, no cálculo econômico das grandes corporações, dos procedimentos destinados a desmobilizar politicamente a sociedade, em particular os grupos atingidos pelos grandes projetos agrominerários – o que a literatura do *management* empresarial chama de os “custos do conflito” – ou no caso brasileiro, de “custo indígena ou quilombola”. Tal afinidade entre neoextrativismo e autoritarismo é, por certo, perversa, na medida em que alimenta um conjunto de práticas que são caracterizadas pela ausência total de limite à satisfação de interesses dos que não consideram a existência do outro e não a querem considerar, e que exibem seu poder sem constrangimento, afirmando a avidez privada como princípio do interesse geral.

Palestra 1: Gestão empresarial das lutas sociais e apropriação das metáforas dos oprimidos pelo capitalismo extrativo

Henri Acselrad (IPPUR/UFRJ)

Paralelamente às reformas neoliberais, a exportação de processos ambientalmente predatórios de países do Norte para o Sul passou a fazer parte das estratégias de acumulação das corporações mundializadas. As periferias passaram, a partir de então, a ser não só provedoras de bases para a acumulação primitiva continuada, mas tornaram-se também fornecedoras de espaços para a realocação de atividades ambientalmente predatórias. A operação de um *dumping* regulatório levou à instauração, para os mais despossuídos, de um estado de exceção permanente, que concentra as condições de vulnerabilidade sobre grupos sociais situados nas periferias internas às economias periféricas. Para estabilizar o ambiente sociopolítico de modo a favorecer a realização de seus projetos, as grandes corporações passaram a adotar práticas de mapeamento de *atores sociais*, classificando-os segundo seu potencial para ameaçar ou cooperar com o projetos territoriais das corporações. Para fazê-lo, os “centros de cálculo” empresariais têm se nutrido de práticas análogas àquelas desenvolvidas no campo militar, como as políticas de inteligência ditas de fontes abertas (Open Source Intelligence),

empregadas no levantamento dos chamados “detratores” por consultorias contratadas pela Agência Nacional de Mineração. Tais levantamentos servem também para renovar estrategicamente o vocabulário empresarial, nele incluindo as descrições e metáforas dos grupos oprimidos.

Palestra 2: Corporações extrativistas e erosão democrática: reflexões a partir da política ambiental do governo Bolsonaro

Juliana Neves Barros (UFRB)

A apresentação se propõe a refletir sobre a relação entre corporações extrativistas e processos políticos autoritários, a partir da experiência brasileira recente. Com a ascensão do governo Bolsonaro, experimentamos um esgarçamento dos espaços democráticos: ações de restrição às liberdades públicas, ao cerceamento da crítica e da defesa dos direitos humanos foram protagonizadas por instituições e agentes estatais num evidente processo de degradação das suas funções. A disseminação de discursos abertamente antiambientalistas e negacionistas sinalizou deslocamentos ou interrupções em aparentes consensos construídos nas últimas décadas, em especial aquele que gira em torno da defesa do “desenvolvimento sustentável”. Considerando que as corporações transnacionais se apresentam nos países, notadamente naqueles marcados pela experiência da colonização, como um poder de fato soberano e que esse poder ancorou-se no arsenal simbólico da modernização ecológica e da governança social responsável para se legitimar, perguntamo-nos sobre possíveis “ruidos” entre o que se tornou parte de um discurso oficial de Estado e o discurso sedimentado pelas elites representativas do capital extrativo que grassam no país. Como setores do megaextrativismo no Brasil se movimentaram nesse cenário de escalada autoritária? Como “forçaram” a direção dos ventos com seu poder de pressão? Como isso impactou nos territórios, nas práticas corporativas sobre os territórios e comunidades? À primeira vista, se o lobby do garimpo e de parte do agronegócio com feição mais truculenta foram manifestadamente apoiadores do governo e ecoaram suas ideias, as posições dos grupos representativos de um capital agromineral dito mais “modernizado” não ficaram tão evidentes. Por entender a importância de destrinchar alguns dos interesses em jogo nessa quadra tão sombria que atravessamos, tentamos levantar elementos indiciários das relações entre os setores empresariais extrativistas e o Estado autoritário bolsonarista. Buscamos identificar as formas de participação desses setores num contexto de esfera pública reduzida; em que medida o desmonte incorporou a agenda de agentes do mercado que se apresentam sob a marca da sustentabilidade e quais estratégias utilizadas para garantir a blindagem da crítica social e midiática. Dentre estas estratégias, procuramos problematizar a dinâmica do lobby e o uso da lei como um artifício central para contornar a responsabilização sobre o quadro de degradação ambiental. Ante às críticas quanto aos efeitos do modelo de desenvolvimento e das suas atividades, as transnacionais insistem no fetiche da Lei, na natureza jurídica regular de suas atividades. Entretanto, mais do que antagonismo entre processos produtivos e operações legais e ilegais, um grande repertório de pesquisas apontam para uma relação de estreita complementaridade e interpenetração entre essas fronteiras. Nesse sentido, processos de elaboração de novos quadros de referência legal tem sido usados para o desmanche da ordem constitucional. Os efeitos dessas confluências autoritárias -

do Estado e do mercado – traduzem-se no aumento dos conflitos territoriais e da violência e da vulnerabilização das populações do campo e dos povos e comunidades tradicionais.

Palestra 3: Neoliberalismo autoritário e racismo ambiental; A recursividade colonial-escravocrata na mineração brasileira

Wendell Ficher Assis (UFAL)

Embora raça e território possuam marcas indelévels na feição da sociedade brasileira, as análises prático-teóricas hegemônicas que se endereçam à compreensão dos problemas nacionais tem pecado por não conjugarem as relações interpenetráveis e recíprocas entre essas duas variáveis. Essa miopia ganha contornos ainda mais drásticos quando identificamos, que na trilha da rapina inaugurada com a conquista das Américas, seguem abundando os ciclos econômicos cujas marcas distintivas tem sido um acelerado processo de exploração territorial, ao que se segue um esgotamento lesivo das fontes de riqueza e uma disposição criminoso dos custos e danos sobre os segmentos populacionais mais vulneráveis e racializados. Com essa questão em mente, essa comunicação se destina a relacionar empírica e analiticamente as dimensões raciais e territoriais da lógica de desenvolvimento moderno-colonial levada a cabo no Brasil. Para tanto, enfocará os efeitos recursivos do processo de mineração secularmente realizado no Brasil, procurando demonstrar como reiteradamente grupos racializados tem sido vítimas de uma lógica excludente e privatista que opera renegando direitos e fabricando deserdados.

Complementar e paralelamente, intenta-se demonstrar como, atualmente, a liberalização econômica tem catalisado o autoritarismo político e este, por sua vez, vem fortalecendo discursivamente a liberalização econômica. Ainda que na teoria hegemônica da modernização, presume-se, predominantemente, que a democracia e a liberalização econômica são parceiras na luta contra o autoritarismo, um olhar histórico retrospectivo possibilita-nos enxergar que em momentos de fortes crises do sistema capitalista a resposta foi e tem sido sempre autoritária. Parafraseando o livro clássico de Guha poderíamos falar de um capitalismo sem democracia.

O autoritarismo neoliberal tanto em sua matriz histórica dos 1970-80, quanto na remodelagem dos anos 2020, procura promover uma gestão adequada dos descartes de corpos e de rejeitos do processo produtivo, melhor dito, uma gestão econômico-instrumental daqueles tidos como rejeitados. Esse modelo da gestão dos rejeitos e intensificação da extração desloca o exercício da cidadania, se quisermos usar a categorização de Hirschman (1973), de uma luta por voz para uma saída de cena sem voz. Para neutralizar um interesse durável e questionador, estado ou mercado tem sufocado a contestação ou buscado apresentar uma vantagem imediata aos querelantes, de modo a conter a insurgência e evitar a pressão resultante do inconformismo popular. Como argumenta Mbembe (2021), a função dos poderes contemporâneos é, mais do que nunca, possibilitar a extração, o que exige uma intensificação da repressão.

Como referencial empírico, procuramos identificar quais grupos habitam as terras circunvizinhas às barragens de rejeitos de minério de ferro em Minas Gerais, bem como quais estão localizadas no fluxo da lama na eventualidade de um rompimento. O levantamento levou em conta 32 barragens de rejeitos

que foram categorizadas pela ANM - Agência Nacional de Mineração como sendo de alto risco de rompimento e de alto dano potencial associado. Além disso, enfocaremos a configuração racial dos moradores que habitavam os bairros de Maceió que foram atingidos pelo crime-desastre da Braskem cuja extração de sal-gema produziu o deslocamento compulsório de mais de 50.000 pessoas.

Referências

HIRSCHMAN, Albert O. **Saída, voz e lealdade**: reações ao declínio de firmas, organizações e estados. São Paulo: Perspectiva, 1973.

MBEMBE, Achile. **Brutalismo**. São Paulo: Antígona, 2021

Palestra 4: Arte da guerra? Diagramas de poder do capitalismo extrativo

Edwin Muñoz Gaviria (IPPUR/UFRJ)

O trabalho pretende contribuir à discussão sobre autoritarismo e capitalismo extrativo a partir do levantamento de informação empírica que permita identificar confluências nos modos militar e empresarial de controle do território. Em diálogo com autores que discutem a relação entre guerra e política, explora-se a primeira como diagrama geral no exercício do poder e núcleo das estratégias empresariais voltadas para a relação com as populações do entorno. Procura-se o exame de produção discursiva associada à gestão das empresas, envolvendo respostas a situações críticas (riscos, desastres, denúncias, crises, controvérsias), para identificar termos, conceitos e esquemas de ação adotados que permitam traçar hipóteses sobre correspondências entre os modos de atuação militar e empresarial. Metodologicamente se trabalhará com uma mostra de material produzido pelas empresas mineradoras e pelas organizações de apoio ao setor no Brasil, incluindo falas de gerentes e funcionários. O material empírico compreende: matérias de jornais, matérias produzidas pelas empresas e outras instituições do setor, entrevistas, cartas, seminários, debates, manuais e guias de gestão e relatórios empresariais. O recorte corresponderá às maiores mineradoras atuantes no país no período compreendido a partir de 2010. O material será coletado na Internet, transcrito e analisado com apoio de ferramentas informáticas.

Palestra 5: Cartas a um ex capitão: a ambientalização do agronegócio e os usos empresariais da escrita no governo bolsonaro

Fabrina Furtado (CPDA/UFRRJ)

O governo de Jair Bolsonaro intensificou os processos de desregulamentação e desmontagem da fiscalização ambiental, o que levou ao aumento do desmatamento e aprofundamento dos ataques aos direitos de povos indígenas e tradicionais, deteriorando a imagem do Brasil no exterior. Em junho de 2020, carta assinada por 29 instituições financeiras que gerenciam US\$ 3,7 trilhões em ativos alertou o governo brasileiro para a necessidade de conter o desmatamento sob o risco de ter de enfrentar a dúvida de investidores sobre colocar recursos no Brasil. Em seguida, a lista cresceu para 32 investidores

com patrimônio alcançando US\$ 4,5 trilhões. No dia 8 de julho, líderes de 38 grandes empresas brasileiras e estrangeiras e de quatro entidades setoriais do agronegócio, do mercado financeiro e da indústria enviaram uma carta-manifesto ao presidente do Conselho Nacional da Amazônia Legal manifestando preocupação com o desmatamento. A presente palestra apresentará os resultados de pesquisa que buscou compreender as estratégias dos principais agentes do agronegócio brasileiro em adotar o discurso da sustentabilidade em suas diferentes facetas como forma de se distanciar do antiambientalismo autoritário do governo Bolsonaro. Tratamos de compreender as articulações e agenciamentos entre o agronegócio dito sustentável e o governo Bolsonaro, e analisar os usos empresariais da escrita a partir das cartas elaboradas por este setor reivindicando um lugar de crítica.

Um dos instrumentos de luta frequentemente utilizados por movimentos sociais afetados pelo extrativismo capitalista tem sido cartas de posicionamento, de denúncia e de reivindicações. Através deste mecanismo, diferentes organizações, redes e movimentos se articulam em torno de uma linguagem comum e uma identidade coletiva de atingidos e atingidas (LOSEKANN, 2016). As mensagens difundidas têm destino, buscando mobilizar diferentes atores em torno de bandeiras de luta que buscam romper com a hegemonia narrativa dos meios de comunicação (ACSELRAD, 2019). Autores como Artieres e Rodak (2008), denominam este processo de “resistência gráfica”. Que mensagens e para quais destinatários foram “enviadas” as cartas elaboradas não pelos agentes dominados, mas pelos dominantes? Como e porque diferentes entidades associativas – empresas, bancos e fundos - se articularam para construir uma linguagem comum? O que estavam reivindicando? À quem estavam respondendo? E o essas reivindicações e posicionamentos significam quando analisamos as contra-propostas baseadas na financeirização da natureza e as ações destes agentes nos territórios? A prática do agronegócio no Brasil e sua influência nos números da recente eleição para presidente não parecem confirmar sua crença em torno da sustentabilidade. Para os setores “descarbonizadores”, as regulações ambientais não deixaram de ser um entrave ao investimento, mas o antiambientalismo pode ter sido explícito demais em um mundo onde predominam as narrativas de uma economia de baixo ou neutra em carbono, afetando o capital reputacional das empresas do capitalismo extrativo.

REFERÊNCIAS

ARTIÈRES, Philippe; RODAK, Pawet. “Écriture et soulèvement: Résistances graphiques pendant l'état de guerre en Pologne (13 décembre 1981-13 décembre 1985)”. **Genèses**, n. 70, 2008, p. 120-139.

ACSELRAD, Henri. O papel da escrita na construção de causas públicas: uma análise do acervo de documentos produzidos por grupos de atingidos pela Usina Hidrelétrica de Tucuruí, Pará. **Dossiê: Rios e Sociedades**, Rev. Bras. Hist. 39 (81), 2019,

LOSEKANN, Cristiana. A política dos afetados pelo extrativismo na América Latina. **Revista Brasileira de Ciência Política**, no 20. Brasília, maio - agosto de 2016, pp 121-164.